

Evasão nos cursos de Farmácia de instituições do ensino superior públicas e privadas no biênio 2013-2014.

Silene P Lozzi⁽¹⁾, Rubens C. Alves⁽¹⁾, Cecília B. Alves⁽¹⁾, Luciana Guedes⁽¹⁾ e Joaquim J. Soares Neto⁽¹⁾.

⁽¹⁾ : Universidade de Brasília. email: silozzi@gmail.com

Os índices de evasão na educação superior têm promovido debates no mundo inteiro. O abandono do sistema educacional, instituições ou cursos causa impacto no investimento de recursos, tanto em instituições públicas quanto privadas. Para possibilitar a análise e discussão das causas da evasão é necessário conhecer seus índices, e a influência de variáveis como categoria administrativa, organização, grau e nível acadêmico, região e modalidade de ensino. A discussão desses dados e o aprofundamento das pesquisas podem guiar o planejamento de ações que visem melhores resultados, com o acompanhamento do desempenho e conclusão do curso pelos estudantes. Nesse estudo, foi calculado o índice de evasão nos cursos de Farmácia do Brasil, com base nos dados mais recentes do Censo da Educação Superior, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), sendo o cálculo realizado de acordo com metodologia proposta por Silva Filho, Motejunas, Hipólito e Lobo (2007). O índice médio de evasão dos 317 cursos de Farmácia, relativo ao biênio 2013-2014, foi de 18,7%, contrastando com o de 26,5 obtido para o total de cursos superiores, no mesmo período. Aproximadamente, 78,9% dos cursos de Farmácia são ofertados por instituições privadas contra 18% públicos, sendo que o índice médio de evasão nas instituições privadas (20,2%) foi bastante superior ao das instituições públicas (13,5%). Todos os 317 cursos são de bacharelado e presenciais, sendo em maioria da categoria privada e sem fins lucrativos (154 cursos), seguido de privada e com fins lucrativos (96 cursos). Quanto à distribuição por região, a maioria é ofertada na região Sudeste (53%), com maior índice de evasão (21,0%), seguido da região Centro-Oeste (19,5%). Uma análise comparativa dos resultados obtidos com os de outros cursos da área de saúde e o levantamento de causas do abandono pelos estudantes pode favorecer o planejamento e a implementação de políticas públicas relevantes.

Palavras-chave: evasão, educação superior, Farmácia.

Avaliar a educação superior. Mas, de que educação estamos falando?

A educação superior tem papel crucial no enfrentamento dos problemas sociais e no desenvolvimento de toda e qualquer nação, havendo consenso quanto a isso (Porto & Karla Régnier, 2003). Porém, é preciso rediscuti-la sempre com vistas à questão primordial: De que educação está se falando? Para que ela corresponda aos desafios a que se propõe e exerça seu poder transformador deve ser continuamente discutida e avaliada, tanto por seus atores quanto pelos mais diversos segmentos da sociedade brasileira. Mais do que um instrumento de regulação, a avaliação deve ultrapassar questões burocráticas e legalistas, sem perder de vista o estudante em sua relação com a instituição e com a comunidade a que pertence. Avaliar é condição básica para obterá obtenção subsídios que orientem o planejamento efetivo de ações e políticas voltadas à melhoria de processos, procedimentos e resultados. No Brasil foi instituído, em 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior -SINAES- voltado para avaliação das instituições de educação superior (IES), dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes. Mesmo representando um grande avanço, esse sistema não inclui indicadores como o de evasão, provavelmente, devido à complexidade do mesmo. Porém, se estamos falando de abandono da educação, não há como deixar de falar desse índice ou mesmo como não incluí-lo como elemento essencial nesse processo. Com base nisso, decidimos trazer para discussão alguns dados da evasão no ensino superior em nosso país, com especial enfoque para os cursos de Farmácia.

Do ingresso desejado ao abandono, desligamento e evasão.

Em 2015 foram realizadas mais de oito milhões de matrículas na educação superior, o que não atende à crescente demanda por vagas nas instituições de ensino. Pelo Plano Nacional de Educação, a taxa de matriculados entre 18 e 24 anos deve ultrapassar os 17,7% de 2014 para 33%, com garantia da qualidade da oferta e expansão da mesma (MEC/SASE, 2014). Mas, esse esforço para novas vagas, matrículas e ingressos não pode ser minado pela não permanência do estudante. O abandono leva ao desligamento pela instituição e conseqüente saída do estudante. Diante disso, o tema evasão tem ganhado cada vez mais destaque em debates no meio acadêmico e fora dele. Uma de suas conseqüências é o comprometimento do investimento de recursos, tanto públicos quanto privados. Outros efeitos são o de redução da taxa de diplomados e conseqüente escassez de profissionais em algumas áreas do mercado de trabalho, inclusive de importância estratégica para o

desenvolvimento do país. Mas, quem é esse aluno e por que evade? Questões importantes que remetem a anteriores, como: De que evasão falamos? Trata-se de evasão do sistema educacional, quando ele abandona a educação superior? Ou de evasão de Instituições de Ensino Superior (IES), quando ele se desliga em uma delas e ingressa em outra? Ou mesmo de cursos quando ele muda de cursos podendo permanecer na mesma instituição? A insuficiência de respostas a essas perguntas é constatada diante do pequeno número de artigos publicados a respeito, oponente à indiscutível importância do tema, não só em nosso país como em muitos outros (Baggi & Lopes, 2011). A exemplo disso, na França, o principal problema enfrentado pelos estudantes não é entrar na universidade, mas permanecer nela (Coulon, 2008).

Razões múltiplas podem estar associadas à evasão no ensino superior, entre elas a má qualidade de ensino oferecida pelas IES (Baggi & Lopes, 2011). Outros se referem a problemas de adaptação e falta de maturidade dos ingressantes, formação básica deficiente, dificuldades financeiras, precariedade dos serviços oferecidos pela IES, pouca motivação dos professores, mudança de curso e mudança de residência (Lobo, 2012).

Alguns dados mais recentes da educação superior e dos cursos de Farmácia no Brasil

No Brasil, o panorama do ensino superior tem sido marcado por relativa estabilidade desde a Reforma Universitária, na década de 60 até os anos 2000, com destaque para a maior autonomia universitária dada pela Constituição Federal de 1988 e para o aumento substancial da rede privada. Quanto à rede pública, modificações mais relevantes ocorreram somente na primeira década do século XXI com a expansão da rede federal pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e a implementação de novos métodos de seleção dos ingressantes. A partir da extração e análise, nesse estudo, dos dados mais recentes do Censo da Educação Superior para o ano de 2014, constatou-se a existência de 2.368 IES e 33.273 cursos, sendo que desses, 10.499 são ofertados por IES públicas, sejam elas federais, estaduais ou municipais. A predominância dos cursos oferecidos na categoria privada é notória, com aproximadamente 68%, do total deles. Outros dados dos cursos ofertados revelam que mais de 95% deles são presenciais, 49,5% ofertados em universidades como forma de organização acadêmica e 44% deles na região Sudeste, evidenciando a desigualdade regional na oferta. Quanto ao grau acadêmico,

mais da metade dos cursos analisados é de bacharelado, contra 24% de licenciatura e 19% tecnológico.

O interesse pelos cursos da área de Ciências Farmacêuticas tem sido crescente nos últimos anos, tanto quanto na sua oferta quanto demanda, seja pela sua influência no setor produtivo, seja como direito social à saúde ou pelo que representa em relação a pesquisa científica no país. Segundo Leite e Galdino (2013) houve crescimento exponencial da oferta de vagas em Cursos de Farmácia, especialmente em instituições privadas, a partir de 1996, além da desigualdade na oferta de vagas entre as regiões brasileiras. Entretanto, dados recentes de evasão são raros, tanto para o conjunto de cursos ofertados por IES brasileiras quanto para os Cursos de Farmácia, em separado. Estudo relevante foi realizado por Silva Filho, Motejunas, Hipólito e Lobo (2007) em que foi observado, para o período de 2000 a 2005, índice médio de evasão dos cursos de 22% sendo de 12% para o ensino público e 26% para o privado. Segundo Lobo (2012), o índice de evasão dos cursos se manteve constante quando avaliou dados de 2006 a 2009. Quanto à organização acadêmica, os menores índices de evasão foram obtidos para cursos das Universidades, com o índice máximo de 22%, seguido pelos Centros Universitários, com índice máximo de 25%, sendo que os maiores foram verificados nas faculdades, chegando a 33%. A diferença entre os índices obtidos para as diferentes áreas dos cursos também desperta interesse, observando-se, segundo Davok e Bernard (2016), menores índices para os cursos da área de Ciências da Saúde, quando comparados aos das áreas de Ciências Exatas e da Terra e Linguística, Letras e Artes. Porém, estudo realizado por Gomes, Monteiro, Damasceno, Almeida e Carvalho (2010) revelou que quando comparado a outros cursos da área de saúde, o Curso de Farmácia apresentou maior índice de evasão, com 13,7%, seguido pelos cursos de Enfermagem, Odontologia e Medicina, com menor índice.

Por que realizar esse estudo?

Dada a importância do tema e escassez de dados de evasão, que poderão orientar políticas públicas de ingresso e permanência de estudantes nos cursos de instituições brasileiras, incluindo os cursos da área de Ciências Farmacêuticas, resolvemos apresentar dados recentes de distribuição dos cursos, assim como de evasão, considerando variáveis como categoria administrativa, organização acadêmica, região do curso, grau, nível acadêmico e modalidade de ensino.

E como calcular a evasão de cursos?

Nesse estudo foram utilizados os microdados mais recentes do Censo de Educação Superior dos anos de 2013 e 2014, disponibilizados pelo INEP em <http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-acessar> (INEP, 2016). Com a utilização dos bancos de cursos foram reunidos os dados de ambos os anos, totalizando 34.663 casos.

No cálculo de evasão utilizou-se método desenvolvido por Lobo (2007), que não se leva em conta a origem do ingressante, ou seja, consideram-se os diversos tipos de ingressos: por processos seletivos, transferência de curso para a mesma IES ou outra, e outros. Basicamente, calcula-se o número de alunos que permaneceram no curso, por meio da seguinte fórmula: $P = [M_{2014} - I_{g2014}] / [M_{2013} - C_{c2013}]$ onde: P = Permanência; M_{2014} = matrículas em 2014; M_{2013} = matrículas em 2013; C_{c2013} = concluintes em 2013 e I_{g2014} = ingressantes em 2014. O índice de evasão anual é obtido da diferença da taxa de permanência em relação à 100%, sendo dado por: $Evasão = 1 - P$. O resultado é depois transformado em porcentagem.

Inconsistências observadas no preenchimento dos dados utilizados no cálculo de evasão foram sanadas com a aplicação de filtros que tinham por objetivo, por exemplo, manter somente os casos em que os quatro elementos da fórmula de cálculo estavam preenchidos. Após a aplicação de todos os filtros, foi obtido um banco com 20.529 cursos.

Na verificação da frequência dos cursos de Farmácia por categoria administrativa, verificou-se que 3,2% (n=10) eram distribuídos na categoria especial, 30,3% (n=96) na privada com fins lucrativos, 48,6% (n=154) na privada sem fins lucrativos, 4,7% (n=15) na categoria pública estadual, 12,3% (n=39) na pública federal e 0,9% (n=3) na pública municipal. Com isso, foi construída nova variável ao se agregar os dados das categorias privadas com e sem fins lucrativos, que passou a ser denominada como privada e outra se agregando os dados das públicas, que passou a receber esse nome. Os dez cursos de instituições “especiais” não foram incluídos nas novas categorias, uma vez que se trata instituição de educação superior criada por lei, estadual ou municipal, e existente na data da promulgação da Constituição Federal de 1988, que não seja total ou preponderantemente mantida com recursos públicos, portanto, não gratuita (INEP, 2016).

A evasão dos cursos ofertados na categoria pública ou privada no Brasil no biênio 2013-2014

Após a fusão dos bancos de dados dos cursos para os anos de 2013 e 2014 e eliminação dos dados inconsistentes pelos critérios de filtragem foi calculado o índice médio de evasão geral dos cursos, considerando-se os 20.529 casos. O valor obtido foi de 26,5%. Após a seleção de casos correspondentes aos cursos de Farmácia foram obtidos 317 casos, cuja evasão média para o biênio 2013-2014 foi de 18,7%. A evasão média dos 57 cursos de Farmácia públicos foi de 13,5% e a dos 250 privados foi de 20,9%. Chama atenção a diferença da evasão e distribuição desses cursos por categoria administrativa, com predomínio absoluto na esfera privada (81,4%), que detém o maior índice de evasão em relação à pública.

Fatores como organização acadêmica, região, modalidade, grau e nível acadêmico a que pertence o curso influenciam nos índices de evasão?

A partir dos resultados visualizados na comparação de dos índices de evasão de cursos públicos ou privados, foi calculada a frequência e evasão média dos cursos de Farmácia, públicos e/ou privados, nas diferentes formas de organização acadêmica, região, grau, nível acadêmico e modalidade de ensino, para se verificar se tais variáveis influenciariam nos resultados. Na Tabela 1, a seguir, os dados obtidos são apresentados.

Tabela 1: Evasão média e percentual de cursos de Farmácia públicos e/ou privados no biênio 2013-2014.

		Privado		Público		Ambos	
		Evasão Média	Percentual de cursos	Evasão Média	Percentual de cursos	Evasão Média	Percentual de cursos
Organização Acadêmica	Centro Universitário	22,34	16,10	20,43	0,60	22,12	17,00
	Faculdade	17,44	29,30	6,25	0,30	17,36	30,00
	IFES	.	0,00	15,57	0,60	15,57	0,60
	Universidade	21,56	33,40	13,29	16,40	18,51	52,40
Região	Centro-Oeste	20,66	8,80	18,44	1,90	19,52	11,40
	Nordeste	18,40	8,50	13,17	3,80	16,79	12,30
	Norte	18,46	3,50	17,75	1,30	18,27	4,70
	Sudeste	22,21	45,1	14,06	7,60	21,04	53,00
	Sul	14,43	12,90	8,37	3,50	13,25	18,60
Grau Acadêmico	Bacharelado	20,19	78,90	13,49	18,00	18,76	100,00
Modalidade	Presencial	20,19	78,90	13,49	18,00	18,76	100,00
Nível acadêmico	Graduação	20,19	78,90	13,49	18,00	18,76	100,00

Os valores de evasão obtidos para os cursos privados influenciam substancialmente a média geral, uma vez que sua frequência é sensivelmente maior do que a dos públicos para todas as variáveis analisadas. A organização administrativa que mais concentra os cursos analisados é a das Universidades, com mais da metade dos casos, sendo que, aproximadamente, dois terços deles são privados. Chama atenção a evasão em faculdades privadas aproximadamente três vezes superior a das públicas, que representam somente 1,1% do total das faculdades. Mais da metade dos cursos de Farmácia no Brasil são ofertados na região Sudeste, sendo que 85% deles na categoria privada. A totalidade dos cursos de Farmácia investigados neste estudo era do nível de graduação, ofertados na modalidade de ensino presencial e no grau de bacharelado.

Em relação à evasão do total de cursos no Brasil, os cursos de Farmácia apresentaram valor médio de evasão (18,7%) inferior à obtida, neste estudo, para o conjunto de cursos (26,5%). Merece destaque o aumento do índice de evasão geral dos cursos, que aumentou 4,5% quando comparado ao índice `aquele relatado por Lobo (2012) referente ao período de 2006 a 2009, utilizando-se a mesma ferramenta de cálculo. Esse resultado merece análise cuidadosa e o planejamento de estratégias de enfrentamento, dada a sua importância.

Quanto aos cursos de Farmácia, quase dois em cada dez ingressantes dos cursos de Farmácia evadem, o que representa muito no que diz respeito aos recursos investidos e número de alunos não diplomados. Das variáveis analisadas, a que mais influencia os índices de evasão é a categoria administrativa, com cursos privados apresentando valores sempre maiores do que públicos, mesmo quando se considera a organização acadêmica ou região do curso.

A partir dos resultados, que perspectivas?

Investigar as causas da evasão é crucial para qualquer planejamento ou execução de medidas que visem à diminuição da evasão no ensino superior. Sabe-se que fatores como o perfil socioeconômico do aluno, sua forma de ingresso, o tipo de escola frequentada no ensino médio são diferenciados quando se trata do ensino superior público ou privado. Além disso, fatores como a infraestrutura dos cursos e a qualificação docente também são geralmente diferentes para essas categorias. O cruzamento dos dados obtidos nesse trabalho com as informações obtidas nas variáveis citadas deve aumentar a capacidade de

identificação dos fatores que mais influenciam na evasão nos cursos de Farmácia, ampliando as possibilidades de intervenção junto aos mesmos.

E há períodos ou fases do curso mais propícios a evasão? Segundo Silva Filho e outros (2007) o número de reprovações e as taxas de abandono dos cursos são cerca de duas ou três vezes maiores no primeiro ano de curso do que nos demais. Se isso for confirmado para os cursos de Farmácia, medidas como implementação de sistemas de tutoria, cursos de nivelamento e estratégias de acolhimento devem ser discutidas nas IES para minimizar esses efeitos. Para outros autores, o abandono dos cursos pode ser devido a uma decisão pessoal do aluno ou mesmo a uma combinação de fatores sociais, econômicos e pessoais, que vão desde a necessidade precoce de ingresso do aluno no mercado de trabalho, ou as dificuldades encontradas em razão das condições desfavoráveis de currículo escolar, professores e organização da escola (Braga, Peixoto & Bogutchi, 2003).

A forma de ingresso no ensino superior tem sido associada ao desempenho dos estudantes nos cursos e, nesse contexto, os efeitos da implementação de políticas afirmativas ganham destaque em discussões sobre a inclusão e permanência nas IES brasileiras. Segundo Cardoso (2008), na Universidade de Brasília, em que o sistema de cotas raciais para ingresso foi instaurado a partir de 2003, a evasão de alunos cotistas não foi significativamente superior a de não cotistas, o que requer a ampliação do conceito estabelecido por muitos de que o abandono do ensino associa-se a baixa renda familiar e ao rendimento acadêmico dos estudantes. O estudo aponta para fatores como a falta de identidade com o curso escolhido, falta de informação na escolha da carreira, decepção com o ambiente universitário, assim como baixo prestígio social do curso. Sugere-se que, em estudos futuros, aprofunde-se na obtenção de informações sobre os motivos que levam o estudante ao abandono do curso de farmácia, por meio de entrevistas e *surveys*.

O avanço desse estudo requer a comparação dos dados de evasão e distribuição dos Cursos de Farmácia com o de outros cursos da área de saúde, considerando as variáveis analisadas, além da demanda pelos cursos. Além disso, uma investigação das causas da evasão nesses cursos possibilitará a realização de discussões e facilitará o processo de tomada de decisão para o enfrentamento necessário. Estudos feitos a partir das informações disponíveis nos bancos de dados da educação superior são fundamentais para uma maior compreensão do fenômeno e o estabelecimento de indicadores (tais como o da evasão), mas não suficientes para um amplo domínio da temática e para criar metodologias para o enfrentamento da evasão. É de suma importância que desses estudos e discussões participem, além dos gestores governamentais ou acadêmicos, docentes, estudantes e representantes da

sociedade brasileira. Ademais, a articulação com pesquisadores de outros países deve favorecer o avanço das propostas de combate à evasão. É isso o que esse estudo propõe como meta, a partir daqui.

Referências Bibliográficas

Baggi, C.A., & Lopes, D.A. (2011). Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior* (Campinas), 16(2), 355-374. DOI: 10.1590/S1414-40772011000200007

Braga, M. M., Peixoto, M.C.L. & Bogutchi T.F. (2003). A evasão no ensino superior brasileiro: o caso da UFMG. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior* (Campinas; Sorocaba), 8 (1),161-189.

Cardoso, C.B. (2008). *Efeitos da política de cotas na Universidade de Brasília: uma análise do rendimento e da evasão*. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade de Brasília.

Coulon, A. (2008). *A condição de estudante: a entrada na vida universitária*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia (Edufba) 276 p.

Davok, D. F. & Bernard, R. P. (2016). Avaliação dos índices de evasão nos cursos de graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior* (Campinas), 21(2), 503-522. DOI: 10.1590/S1414-40772016000200010

Gomes, M. J. , Monteiro, M., Damasceno, A. M., Almeida, T. J. S. & Carvalho, R. B. (2010) Evasão Acadêmica no Ensino Superior: Estudo na Área da Saúde. *Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde*, 12(1), 6-13.

INEP. Instituto Nacional de Estatísticas e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2016). Censo da Educação Superior. Inep/MEC. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>> Acesso em: 10 out.2016.

Leite, S. N., & Galdino, S. L. (2013). Graduação e pós-graduação em Farmácia no Brasil: convergências e fortalecimento de capacidades. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 17(47), 991-994. DOI:10.1590/1807-57622013.0688

Lobo, M. B. C. M. (2012). Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções. *Cadernos ABMES* 25, 9-58. Disponível em: <http://www.abmes.org.br/arquivos/publicacoes/Cadernos25.pdf>.

Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/ SASE) (2014). Plano Nacional da Educação. Disponível em http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf.

Porto, C.; Régnier, K. *O ensino superior no mundo e no Brasil: condicionantes, tendências e cenários para o horizonte 2003-2025: uma abordagem exploratória*. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/ensinosuperiormundobrasiltendenciascenarios2003-2025.pdf>>.

Silva Filho, R. L. L., Motejunas, P. R., Hipólito, O. & Lobo, M. B. C. M. (2007). A evasão no ensino superior brasileiro. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 641-659. DOI:10.1590/S0100-15742007000300007.